

O DICIONÁRIO DE GALICISMOS DE CARLOS GÓIS: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS

Nelci Vieira de LIMA¹

Doutora em Língua Portuguesa – PUC-SP

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões a respeito do pensamento linguístico sobre os empréstimos linguísticos no Português Brasileiro, no início do século XX. Mais especificamente, apresenta uma análise da obra *Dicionário de Galicismos*, do filólogo Carlos Góis, 4ª edição, 1949. As questões norteadoras da pesquisa são: Em que medida é possível verificar o pensamento linguístico e normativo, adotado por Carlos Góis, a respeito do uso de estrangeirismos na língua portuguesa? Em que medida esse pensamento normativo a respeito do uso de estrangeirismos na língua portuguesa coaduna-se com as ideias linguísticas vigentes no recorte histórico efetuado? O quadro teórico que nos permite realizar as análises sobre o pensamento linguístico manifestado pelo filólogo em questão está em Koerner (1996; 2014), Auroux (2009) e Swiggers (2009; 2012). O estudo permite-nos afirmar que a preocupação manifestada por Góis (1949) revela sua oposição aos estrangeirismos, ao lado de um pensamento linguístico purista, que visava à prescrição normativa, baseado em uma visão de língua como algo estático, fruto do próprio espírito de época que envolvia os estudiosos brasileiros naquela época em que se estudava a língua a partir dos modelos do “bem falar”.

Palavras-Chaves: Empréstimos linguísticos. Norma. Pensamento linguístico. Contexto sócio-histórico.

Introdução

Por meio da análise historiográfica da obra *Dicionário de Galicismos*, do filólogo Carlos Góis, 4ª edição de 1949², buscou-se à luz dos princípios teórico-metodológicos Koernianos, quais sejam: a *Contextualização*, a *Imanência* e a *Adequação*, refletir a respeito do pensamento linguístico e normativo do autor sobre a questão dos empréstimos linguísticos na Língua Portuguesa no início do século XX, a fim de verificar o tratamento dado a essa questão e também a concepção de língua inerente à obra.

Dessa forma, formularam-se as seguintes questões investigativas: Em que medida é possível verificar o pensamento linguístico e normativo, adotado por Carlos Góis, a respeito do uso de estrangeirismos na língua portuguesa? Em que medida esse

¹ Endereço eletrônico: nevieira@gmail.com

² Ressalta-se que a obra analisada trata-se de uma edição póstuma, sendo a 4ª edição, datada de 1949, por isso levamos em conta, no momento da contextualização e imanência, o ano da primeira edição, 1920.

pensamento normativo a respeito do uso de estrangeirismos na língua portuguesa coaduna-se com as ideias linguísticas vigentes no recorte histórico efetuado?

Os princípios historiográficos norteadores da análise, que propiciaram responder a tais questionamentos, encontram-se em Koerner (1996, p. 60) e são assim definidos:

- *Princípio de Contextualização:* diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião geral dos períodos em que as teorias se desenvolveram. A aplicação desse princípio é de grande importância, uma vez que permite um entendimento não só do objeto de estudo escolhido, mas também do quadro sócio-político, econômico, filosófico e científico no qual se insere.
- *Princípio de Imanência:* a aplicação desse princípio diz respeito à necessidade de o historiógrafo voltar-se do espírito de época no qual o objeto de estudo foi constituído, afastando-se, na medida do possível, de sua formação na linguística moderna. O que permite a melhor compreensão do objeto, a partir visão e do clima de época no qual surgiu.
- *Princípio de Adequação:* Somente no momento da aplicação desse último princípio, é permitido ao historiógrafo efetuar comparações entre o objeto de sua pesquisa e as teorias linguísticas de seu tempo.

Outros parâmetros para a realização desse percurso historiográfico encontram-se em Swiggers (2009, p.70), os quais se apresentam no quadro abaixo:

<i>Delimitação temática</i>	o uso de estrangeirismos na língua portuguesa e a tentativa de estabelecimento de normas para conter este uso.
<i>Delimitação histórica</i>	Início do século XX, quando foi publicada a primeira edição da obra, mais precisamente, 1920.
<i>Parâmetro da cobertura</i>	<i>Perspectiva externa / focalização do contexto</i>
<i>Parâmetro da profundidade</i>	<i>Análise de ideias e práticas linguísticas</i>
<i>Formato da exposição- Combinatória</i>	<i>Centrada na relação entre contexto e conjunto de pontos de vista</i>

Embasa-se ainda esta pesquisa nos postulados teóricos de Auroux (2009, p. 13-14), que propõe a adoção de três princípios para o estudo historiográfico, que se aproximam dos princípios koernianos anteriormente descritos. São eles: i) *o da definição puramente fenomenológica do objeto*, que subjaz à necessidade de se ter respeito às terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto em análise; ii) *o da neutralidade epistemológica*, que implica não julgar ou determinar se algo é ou não ciência; iii) *o do historicismo moderado*, que diz respeito à necessidade de se resgatarem os fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto de estudo, sem, no entanto, colocá-los em primeiro plano, sobrepondo-os aos aspectos linguísticos em análise.

Na fase da adequação, para o tratamento do pensamento linguístico sobre uso de estrangeirismos, tomaram-se como base também os conceitos de inovação, seleção, adoção e norma, apresentados por Coseriu (1979), os quais serão apresentados posteriormente. Outro autor, cuja visão permite a realização do princípio da adequação é Bechara (2009), que trata, em sua *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, tanto do conceito de norma quanto dos empréstimos linguísticos no português contemporâneo.

Ressalta-se ainda nesta introdução a seguinte afirmação de Schlieben-Lange (1993, p.138):

a história das comunidades argumentativas, isto é: das pessoas e das instituições precisa ser descrita, comunidades nas quais discutem questões que dizem respeito às línguas. Quem, ou seja: quais pessoas, grupos, membros de quais especializações argumentam sobre as línguas; em quais instituições isso é realizado (escola, universidade, foros públicos, academias etc.). (Grifos nossos)

Por fim, reiteram e sintetizam a concepção de Historiografia Linguística, as seguintes palavras de Bastos e Palma (2012, p. 14):

É o modo de refletir como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. Vista dessa forma, tal concepção leva-nos não só à análise de um produto acabado dentro de um recorte no tempo, mas também à consideração de seus mecanismos geradores, conduzindo-nos a uma visão pancrônica da realidade. Afinal, qualquer obra em análise será sempre explicada mais profundamente quando, nela, percebermos as etapas de conhecimento que a engendraram.

Uma vez destacados nesta introdução os aspectos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, cujos princípios permitem a realização do percurso historiográfico que aqui se traça, apresenta-se, então, a estrutura deste artigo. Sendo assim, ele compõe-se, além desta introdução, dos seguintes tópicos: Contextualização da primeira metade do século XX; A Filologia e os estudos linguísticos no Brasil na primeira metade do século XX; O *Dicionário de galicismos de Carlos Góis* e o desvelamento de seu pensamento linguístico-normativo; Rupturas e continuidades no pensamento linguístico e normativo a respeito de estrangeirismos na língua; por fim apresenta-se a conclusão.

Contextualização da primeira metade do século XX

No que tange ao estabelecimento do clima de opinião, no qual se inserem as obras contempladas por esta análise historiográfica, importa ressaltar que, embora seja necessário ao historiógrafo um amplo conhecimento histórico, conforme Koerner (1996, p. 47), é indissociável que ele apresente uma *capacidade de síntese, isto é, a faculdade de destilar o essencial da massa de fatos empíricos coligidos a partir das fontes primárias*, visão que, a nosso ver, coaduna-se com o *historicismo moderado*, também proposto por Auroux (2009, p. 13-14).

Isso posto, apresentam-se neste tópico alguns fatos relevantes ao entendimento do contexto sócio-histórico, cultural, filosófico e científico que permeiam o pensamento linguístico manifestado por Carlos Góis, na obra analisada, cuja primeira edição foi publicada em 1920.

Sendo assim, no tocante ao cenário mundial que se desenhava nas primeiras décadas do século XX, destaca-se o forte movimento nacionalista que culminou com a Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918.

Antecede a esse conflito, porém, o fato de que a revolução tecnológica em curso desde fins do século XIX permitira à burguesia uma vida de luxo e gozo, na qual se usufruía plenamente dos prazeres materiais proporcionados pela revolução, período conhecido como *Belle Époque*, no qual Paris era o centro irradiador da moda, da arte e cultura. A França experimentava, desde então, seu período de hegemonia, exportando

para outros países, como o Brasil, não só as suas técnicas industriais, mas também os seus valores culturais, aos quais se agrega a língua francesa.

A respeito da influência francesa sobre o Brasil nesse período, afirma Sevcenko, (2003, p. 51):

O advento da república proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses. Não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio.

Outro ponto a ser ressaltado, que diz respeito a esse momento histórico cultural, é que, desde o último século, o Brasil vivia notáveis transformações, como

a independência do domínio europeu (1822), a libertação dos escravos (1888), a Proclamação da República (1889) que propiciou uma tomada de consciência sobre suas condições de nação com a conseqüente necessidade de reafirmarem sua língua novilatina americana. (Bastos, Brito e Hanna, 2006, p. 62)

Tais fatos, imbricados a tantos outros de igual importância e complexidade, ocorridos desde o momento da independência, propiciaram que o início do século XX fosse permeado pela busca da afirmação da identidade nacional, cujo marco foi a realização da Semana de Arte Moderna, de 13 a 18 de fevereiro de 1922. Entre os intuídos dos idealizadores do evento, estava justamente marcar o centenário da Independência, com uma mostra cultural e artística que prezava pelos traços da brasilidade.

Apresentado, ainda que de forma tão breve, esse era o panorama geral que se desenrolava na primeira metade do século XX. Passemos, então, ao tópico seguinte, o qual se propõe a mostrar o andamento dos estudos linguísticos no Brasil, na primeira metade do século XX.

A Filologia e os estudos linguísticos no Brasil na primeira metade do século XX

A respeito da perspectiva história dos estudos linguísticos no Brasil, na primeira metade do século XX, é preciso salientar que as primeiras Faculdades de Filosofia, fundadas, respectivamente em 1934, em São Paulo, e em 1939, no Rio de Janeiro são apontadas por Castilho (1962) como um marco divisor, a partir do qual podemos separar os estudos de cunho mais prescritivo, marcados pela improvisação e ausência de métodos e os estudos mais científicos da linguagem. O ponto de vista do autor é reiterado por Altman (2003, p. 69-70), que assim discorre sobre a profissionalização da carreira de Letras:

O início do processo de cientifização dos estudos linguísticos no Brasil é frequentemente correlacionado à criação das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 30. A criação destas Faculdades simbolizou o fim do autodidatismo em matéria de linguagem e marcou, na percepção das gerações que se seguiram, o início da carreira do profissional de Letras.

Ainda de acordo com essa autora, até então prevalecia nos estudos da linguagem uma *orientação prescritiva*, e a maior parte dos estudiosos das letras tinham formação superior em outra área, *quando a tinham*, (Ibid. 2003, p. 70-73).

É importante ressaltar que, enquanto os estudos linguísticos caminhavam timidamente no Brasil, na primeira metade do século, a situação era diferente na Europa, onde já se instituía a ciência Linguística, por meio dos estudos estruturalistas da língua. As novas ideias, porém, viriam a adentrar em nossas faculdades somente a partir da década de 60, e até essa data prevaleciam-se os estudos da Filologia.

Carlos Góis³ (1881-934) teve sua formação em Direito, pela Faculdade do Estado de Minas Gerais. Foi promotor, escritor, dicionarista, poeta e professor catedrático de Português no Ginásio Oficial de Minas Gerais, e, além disso, dedicou-se sobremaneira aos estudos da Filologia. Foi membro da Academia Mineira de Letras e posteriormente, da Academia Petropolitana de Letras. Dentre suas diversas publicações didáticas, destacamos o “Dicionário de Galicismos”, foco desse trabalho.

O Dicionário de galicismos de Carlos Góis e o desvelamento de seu pensamento linguístico-normativo

³ Fazemos aqui uma ressalva, uma vez que em nossas pesquisas encontramos uma divergência nos registros do nome do autor, que aparece em determinadas fontes como Carlos Góes. Optamos, porém, pela grafia constante na obra analisada, ou seja, Carlos Góis.

Conforme expostos até aqui, os fatos extralinguísticos subjacentes ao desenvolvimento das ideias linguísticas, que permeiam a obra em foco, permitem-nos por meio da aplicação do princípio de *imanência*, traçar uma análise que vislumbre a perspectiva sobre a qual se construiu o ponto de vista de Carlos Góis, desvelando-se, dessa forma, as concepções de língua e norma por ele adotadas, assim como o seu pensamento e posicionamento frente aos empréstimos linguísticos na língua portuguesa. Passamos a seguir à descrição da obra e apresentação dos recortes analíticos realizados.

A abertura da obra faz-se com uma introdução, na qual, além de se explicar o que vem a ser galicismo, desvela-se o posicionamento do autor por meio de sua argumentação:

Galicismo, segundo a nomenclatura gramatical francesa, é o modo de reger ou construir a frase, ou de expressar o pensamento, consoante o gênio da língua francesa. Mais resumidamente: é o modismo ou idiotismo francês.

Considerando, porém, à luz do gênio de outras línguas, Galicismo é o vocábulo, a regência, a construção, a prosódia, a grafia, a desinência, a flexão, a derivação em disparidade da língua autoctônica, mas em conformidade com o idioma francês, de que foi importado.

Há galicismos, e galicismos, isto é, há os que se admitem, ou chegam até a justificar-se, e há os inadmissíveis, injustificáveis, meramente excusados e graciosos. (Góis, 1949, p. 5, *Sic*)

Conforme notamos, no trecho acima, Góis expõe seu posicionamento contra certos galicismos, que, em suas palavras, são *inadmissíveis* e *injustificáveis*, afirmando serem ainda desnecessários e até mesmo *graciosos*, que interpretamos no sentido de *jocosos*. Mais à frente, assevera o autor:

A permuta de vocábulos é, **até certo ponto**, admissível entre as diversas línguas como conseqüência do comércio ou intercâmbio internacional. São aceitáveis os que servem a nomear objetos, artefatos, usanças, ritos – privativos ou originários de nação estranha, bem como produtos da flora, da fauna ou da geologia local, quando, em vez de designados por nome técnico científico, ou nome universitário com equipolentes nos outros idiomas, o são por antonomásia filiada a tradições e acidentes meramente indígenas. (Góis, 1949, p. 5, grifos nossos)

O filólogo Carlos Góis, conforme manifestado no excerto acima, tinha ciência das trocas lexicais proporcionadas pelas interações culturais entre os povos, no entanto

ênfatizava a necessidade de moderação em relação aos empréstimos considerados desnecessários. Propõe-se, então, conforme demonstraremos no decorrer de nossa análise, a apresentar um estudo lexicográfico dos vocábulos de origem francesa que, naquele momento histórico, adentravam a língua portuguesa. Com isso, o autor mostra-se concatenado às ideias linguísticas vigentes em seu tempo, uma vez que Castilho (1962, p. 136), ao abordar os estudos linguísticos que antecederam à fundação das primeiras faculdades de filosofia, afirma que *Antônio de Moraes Silva* foi o primeiro a denunciar a forte inclinação da linguística brasileira para a lexicografia.

Ainda na introdução da obra, Góis (1949, p. 6) expõe uma série de *normas de alteração* que sofrem os termos em francês ao serem transplantados para a o português. Entre essas normas, chamamos a atenção para a primeira, na qual afirma que

os sons fechados convertem-se em abertos, em virtude do fenômeno constante, já assinalado pelos estudiosos da “fonética e fonologia”, que atribuem à ação climática a conversão, nos países quentes, dos sons fechados em homorgânicos abertos. (Góis, 1949, p. 6, *Sic.*)

Para tal afirmação, Góis baseou-se nos estudos dos neogramáticos, que influenciados pelo evolucionismo darwiniano, estabeleciam regras biológicas para o estudo diacrônico das línguas. Mais uma vez fica evidente a posição do estudioso atento às ideias linguísticas de seu tempo.

O autor finaliza a introdução com uma classificação dos galicismos em:

Reais, aparentes, reflexos, arcaicos e neogalicismos; morfológicos e sintáticos, os morfológicos podem subdividir-se em prosódicos, gráficos, flexionais, desinenciais, radiculares; os sintáticos em regenciais, topológicos, de concordância; semânticos ou de aceção. (*Ibid.* p.8)

Não nos ateremos à definição de cada termo por não ser esse o nosso objetivo. Passamos, então, à exposição de uma amostra dos registros lexicais feitos pelo autor em sua obra, de modo a compreender como se deu a construção de seu saber linguístico-normativo, ou mesmo, quais as concepções de língua e norma entrelaçam-se na obra.

A análise da obra permite-nos observar que o registro lexical empreendido pelo autor denota a sua forte orientação prescritiva, que, conforme assinalado por Altman (2003, p. 70) e ressaltado por nós no tópico anterior, fazia parte da tradição dos estudos

linguísticos no Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando Góis produziu a obra em foco.

Note-se que Góis não se limita ao registro dos vocábulos e de seus significados na língua, mas marca a todo instante a tentativa de coibir o uso dos vocábulos que considera desnecessário.

O vocábulo *atelier* é considerado pelo autor como *insubstituível*, sem, no entanto, argumentar em favor dessa afirmação. Atribuímos a isso o fato de estar esse léxico tão arraigado ao mundo das artes, uma vez que devemos levar em conta a influência francesa sobre o Brasil no campo artístico no período.

Atelier (do fr. *atelier*) – Oficina artística (de pintura ou escultura). Insubstituível. (Góis, p. 21)

Já os vocábulos *massacre*, considerado pelo autor como *tradução servil do francês*, e *peruca* são impelidos à substituição.

Massacre (tradução servil do francês *massacre*, sem ao menos a conversão do *e* final em *o*, como sempre ocorre em casos análogos: massacre) – Diga-se CARNIFICINA, TRUCIDAÇÃO. O cognato massacrar substitua-se por trucidar. (*Ibid.*, 1949, p. 112)

Peruca (do francês, *perruque*) - Diga-se CHINÓ. (*Ibid.*, p. 136)

Outros dois exemplos interessantes a serem citados, são os casos de omelete e luneta:

Pince-nez – Diga-se LUNETAS. Castro Lopes propôs *nasóculo* (do lat. *Nasus*, nariz + *oculu*, olho) (*Ibid.*, p. 138)

Omeléte (do franc. *omellete*, e este de *oeufs mêlés*) – Fritura de ovos batidos com farinha de trigo. Proporíamos MISTOVÉLA (misto + ovo + ela = ovos mistos, isto é, misturados) ou MISÇOVÉLA (do lat. *miscere*, misturar) Filinto vernaculizou-a para *omelêta*. (*Ibid.*, p. 126)

No primeiro exemplo, o autor baseia-se na polêmica obra do médico e filólogo Castro Lopes, datada de 1889, *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*. Castro Lopes é lembrado até os nossos dias, não somente por sua resistência aos estrangeirismos, mas, sobretudo, pelos neologismos propostos em sua obra, entre os

quais, nasóculo, citado por Góis e ludopédio⁴ em substituição a futebol, entre outros que acabaram assinalando um ar jocoso à sua obra. Contemporâneo de Machado de Assis, Castro Lopes teve no literato um opositor às suas ideias puristas.

Observamos que, para a substituição de omelete, a exemplo de Castro Lopes, Góis propõe a criação de um neologismo, *mistovéla* ou *misçovéla*.

Conforme depreendemos das análises apresentadas, as concepções de língua e norma, tidas pelo autor, estão concatenadas às ideias linguísticas vigentes no período. A língua é vista como algo estático e estudá-la significava estabelecer e impor uma norma, baseada no modelo do que era considerado como “bem falar”, mantendo assim o vínculo com a tradição greco-latina.

Rupturas e continuidades no pensamento linguístico e normativo a respeito de estrangeirismos na língua:

Iniciamos este tópico observando que entre as acepções da palavra *dicionário*, dadas por Houaiss (2001, p. 1035) a primeira é

Compilação completa ou parcial das unidades léxicas de uma língua (palavras, locuções, afixos etc.) ou de certas categorias específicas suas, organizadas numa ordem convencionada, ger. Alfabética, e que fornece, além das definições, informações sobre sinônimos, antônimos, ortografia, pronúncia, classe gramatical, etimologia etc.

Não citaremos todas, no entanto, notamos que, dentre as definições elencadas por Houaiss, nenhuma delas apresenta a função prescritiva adotada por Góis. Em contrapartida, em relação à palavra *gramática*, entre as inúmeras acepções registradas, logo na primeira encontramos a de *conjunto de prescrição e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada*. Também nos interessa a definição de gramática descritiva, por se tratar de uma *gramática sincrônica de uma língua, feita no modelo da gramática tradicional; gramática expositiva*. (Houaiss, 2001, p. 1474).

Dadas as definições acima, arriscamo-nos, neste momento, a aplicar o princípio de *adequação*, que nos permite lançar sobre o objeto de análise o olhar da Linguística Moderna. Para isso, aproximamos, neste momento, o pensamento linguístico de Góis

⁴ O vocábulo *ludopédio* encontra-se dicionarizado por Houaiss (2001, p. 1789), embora não tenha passado pelo critério de seleção e adoção dos falantes da língua, conforme veremos no momento da aplicação do princípio da *adequação*. Em contrapartida, Castro Lopes criou o vocábulo *cardápio*, para substituir o galicismo *menu*, que foi aceito e incorporado na língua (Houaiss, 2001, p. 623).

com os conhecimentos de autores modernos. Para tanto, tomemos aqui as palavras do gramático Evanildo Bechara, cuja gramática pode ser definida como normativa e descritiva. Nas palavras do autor,

uma gramática como produto desta descrição nunca é o espelho da língua histórica; é apenas a descrição de uma das suas línguas funcionais. Por isso não há de exigir desta gramática o registro de fatos que pertençam a línguas funcionais (Bechara, 2009, p. 39).

Servem-nos também alguns conceitos dados por Coseriu (1979), a saber: inovação, seleção, adoção e norma. De acordo com o autor (p. 51), *a norma corresponde à fixação da língua em moldes tradicionais; e neste sentido, precisamente, a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (“externo” e “interno”) do sistema. Sobre a inovação e a adoção o linguista assevera que:*

A mudança linguística tem sua origem no diálogo: na passagem de modos linguísticos do falar de um interlocutor ao saber do outro. Tudo aquilo em que é falado pelo falante – enquanto modo linguístico – se afasta dos modelos existentes na língua pela qual se estabelece o colóquio se pode chamar de inovação. E a aceitação duma inovação, por parte do ouvinte, como modelo para ulteriores expressões, pode-se chamar de adoção. (*Ibid.*, 1979, p. 71)

Sendo assim, a adoção passa pelo critério de seleção, que corresponde ao estabelecimento da norma.

A partir dos conceitos elencados acima, a análise dos empréstimos linguísticos em uma língua ganha uma perspectiva científica. Dessa forma, sob a luz dos estudos modernos, podemos afirmar que a oposição aos galicismos, manifestada por Góis, fez-se em vão. Somente à comunidade falante de uma língua caberá praticar a seleção e adoção das inovações.

Ainda a respeito do conceito de norma afirma Bechara (2009, p. 42) que ela *contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim, e não de outra maneira”.*

No tocante aos estrangeirismos, Bechara (2009, p. 599) dedica-lhes um espaço no apêndice de sua gramática, no qual afirma que

Os estrangeirismos léxicos que entram no idioma, por um processo natural de assimilação de cultura ou de contiguidade geográfica, assumem aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos dos puristas extremados, trazem o selo da subserviência e da degradação do país. Esquecem-se de que a língua, como produto social, registra, em tais estrangeirismos, os contatos dos povos.

Ao contrário de Góis, Bechara (2009) parte de uma concepção de língua viva, e embora não marque uma oposição aos empréstimos linguísticos, também não deixa de considerá-los desnecessários em alguns casos:

Os empréstimos lexicais durante muito tempo sofreram as críticas dos puristas, mas hoje vão sendo aceitos com mais facilidade, exceto aqueles comprovadamente desnecessários e sem muita repercussão em outros idiomas de cultura do mundo. (*Ibid.*, p. 600)

Em outro ponto Bechara (2009, p. 600) afirma que os empréstimos de “sintaxe e os de semântica continuam merecendo o reparo dos guardiões da vernaculidade, aliás de meritória atividade quando não se mostram extremados.”

Apresentamos a seguir as considerações finais, nas quais pretendemos entrelaçar os questionamentos apontados neste artigo às análises realizadas, de maneira a expor as conclusões alcançadas.

Conclusão

Pautados teoricamente na Historiografia Linguística, iniciamos esse artigo intencionando perscrutar o pensamento linguístico-normativo do autor do Dicionário de Galicismos, Carlos Góis, produzido no início do século XX, a fim de compreender seu posicionamento a respeito dos empréstimos linguísticos e também a sua concepção de língua.

Com base na análise do *corpus* podemos afirmar que o pensamento linguístico do Filólogo Carlos Góis denota uma preocupação com os empréstimos linguísticos na Língua Portuguesa, posicionando-se o autor contra o uso de palavras estrangeiras na língua e visando a prescrever e a ditar ao falante da língua portuguesa o que considera como o seu melhor uso.

O formato combinatório da exposição, centrada na relação do contexto e do conjunto de pontos de vistas, conforme parâmetro estabelecido por Swiggers (2009)

permitiu-nos concluir que o pensamento linguístico manifestado por Góis é fruto não só de uma postura nacionalista, comum em sua época, mas também do autodidatismo e improvisação dos estudos linguísticos no Brasil, no período que antecede a fundação das primeiras faculdades de filosofia.

Para Góis importava normatizar a língua a partir do ponto de vista do purismo linguístico e da língua vista como algo estático, sendo considerado importante estudá-la a partir dos modelos do “bem falar”.

Por fim, resta-nos afirmar que uma ruptura paradigmática ocorreu desde a introdução, no país, dos estudos da Linguística. Reconhece-se, hoje, a vivacidade da língua e sabe-se que *são os usos que a fundam e não o contrário* (MARCUSCHI, 2001, p. 9). Sendo assim, as trocas lexicais provenientes do contato cultural entre os povos acontecem há todos os instantes, porém, nem todo vocábulo emprestado em um determinado momento, permanecerá na língua. Isso quem define são os falantes e não os dicionaristas ou gramáticos.

Bibliografia

Fonte primária:

GÓIS, Carlos. *Dicionário de Galicismos*. Edição e propriedade do autor, Rio de Janeiro: 1949.

Fontes secundárias:

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.) *História entrelaçada 5: estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – década de 1950*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BASTOS, Neusa Barbosa; BRITO, Regina Helena Pires de; HANNA, Vera Lúcia Harabagi. *Gramaticografia novecentista: raízes maximinianas*. In: *História Entrelaçada 2: A construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTILHO, Ataliba de. *Estudos linguísticos no Brasil. Notas para sua história*. Revista de Linguística Alfa, V. 2, 1962. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa>> Acesso em 20/06/2012.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro, Presença, São Paulo, USP, 1979.

FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita – Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

KOERNER, E. F. K. *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.

_____. Questões que persistem em historiografia linguística. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2, p. 47-70, 1996.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e historia da linguística*. Editora da UNICAMP. Campinas, SP, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. *Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SWIGGERS, P. *La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones*. In: *Revista argentina de historiografía linguística*, I, 1, 67-76, 2009.

Fontes digitais:

Academia Petropolitana de Letras – Disponível em:
<http://www.apcl.com.br/NOTICIAS/coluna_carlosgoes.htm> Acesso em 21/06/2012.

THE DICTIONARY OF GALICIANS OF CARLOS GÓIS: HISTORIOGRAPHICS REFLECTIONS

ABSTRACT: This study presents reflections on linguistic thoughts about linguistic borrowing in Brazilian Portuguese, at the beginning of 20th century. More specifically, it presents an analysis of the work Dictionary of Gallicisms by the philologist Carlos Góis, 4th edition, 1949. The guiding issues of this research are: In which degree it is possible verify the linguistic thought and normative, adopted by Carlos Góis, concerning about borrowed words to Portuguese language? In which degree this normative thought concerning about the use of borrowed words to Portuguese language

coadunates with the valid linguistic ideas at the historical cutting done? The theoretical framework that allows us to carry out the analyses about the manifested linguistic thought of the philologist in question is in Koerner (2014), Auroux (2009) and Swiggers (2009; 2012). The study allows us to assert that the manifested preoccupation by Góis (1949) reveals his opposition to the borrowings, at the side of a purist linguist thought, which aimed for a normative prescription, based on a language vision as something static, a consequence of spirit of the period that involved Brazilian scholars at that time when the language was studied from models of “well-spoken” language.

Keywords: Linguistic borrowings. Norm. Linguistic thought. Socio-historical context.

Envio: março/2019

Aceito para publicação: abril/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267